

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Aprovados

Medidas para facilitar liquidação de Dívida Ativa

Calendário terá Dia Estadual da Pesca

Data para combater Hepatites

Palmitos, capital do Vinho Colonial

Página 7

Municípios debatem futuro administrativo

Prefeitos trocam experiências sobre gestão pública em Congresso Catarinense promovido pela Fecam com apoio da Assembleia Legislativa

Alberto Neves



Governador Luiz Henrique da Silveira ocupa tribuna na solenidade de abertura do Congresso Catarinense de Municípios

Páginas 4 e 5

Os 30 anos da Novembrada

Solon Soares



Deputado Jailson com desembargador Lédio e secretário Justiniano

Ato solene realizado dia 30, no Auditório Antonieta de Barros, lembrou a passagem dos 30 anos da Novembrada, quando estudantes catarinenses protestaram contra a visita do então presidente da República, João Figueiredo, a Santa Catarina.

Na ocasião, foi lançado o livro "Abaixo as ditaduras - História do Movimento Estudantil Catarinense 1974-1981", de autoria do desembargador Lédio Rosa de Andrade.

Página 4

Homenagens à Rede Feminina, agricultura familiar e Siderópolis

Carlos Kilian



Deputado Valmir Comin lembra 50 anos das eleições em Siderópolis

Página 3 e 6

Comissão de Finanças dá sinal verde para parecer conclusivo do Orçamento de 2010

Página 6

INSTITUCIONAL

OPINIÃO

Estado inchado e jogado às traças

O Executivo catarinense está em transição. Sai o arquiteto da aliança que administrou o Estado nos últimos sete anos, entram os parceiros que o apoiaram nos dois mandatos.

Em quilômetros, LHS "deu 46 voltas ao mundo em dois mandatos", buscou fora as soluções que poderia ter encontrado em casa e deixa uma tripla dívida para com os catarinenses que seguem sem ter atendidos os direitos básicos em termos de saúde, educação e segurança.

Em tempos de administração moderna, quando enxugar a máquina e aumentar a produtividade é regra básica, o PMDB inchou a máquina estatal sob o pretexto de descentralizar, criando 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional - SDR, pelo Estado, com centenas de colaboradores sem nenhum poder de decisão. Ao todo, LHS governou com cerca de 60 secretarias.

Sob o argumento de que as SDRs serviriam para melhor governar, no centro administrativo, o governador desandou a viajar também pelo Estado, comprovando que a verdadeira finalidade das SDRs é abrigar cabos eleitorais e exercer a função de cabides de empregos, conforme classificado por um senador que posteriormente aderiu à descentra-

lização proposta pelo PMDB.

Ao apagar das luzes do segundo mandato, ao mesmo tempo que pelo menos metade dos secretários abandona o barco do governo para concorrer nas eleições de outubro, os catarinenses que dependem de tratamento médico especializado agonizam em ambulâncias, colocando a vida em risco ao se deslocarem para a capital por estradas esburacadas, mal sinalizadas, com acostamentos sujos e sem sarjetas. A "ambulancioterapia" é figura central da ineficaz "descentralização" do governo do PMDB.

A equipe de governo que seguirá no comando do Estado é uma incógnita. Fica a pergunta: o que o grupo vai conseguir de positivo para os catarinenses no curto espaço de tempo que dispõe e na iminência de uma eleição no fim de ano?

A insegurança imposta pelos malabarismos de LHS se reflete também no dia a dia dos cidadãos. Com sérios conflitos entre seus integrantes, a pasta da Segurança tem sido alvo das mais pesadas denúncias, incluindo comprovados casos de tortura a presos. O efetivo insuficiente, insatisfeito e mal equipado, não oferece segurança de qualidade à população. Apenas tapa o sol com a peneira, enquanto a criminalidade aumenta assustadoramente.

Da mesma forma, embora periodicamente divulgue índices positivos com relação aos outros estados do país, a educação que o PMDB oferece aos catarinenses segue deficiente em infraestrutura material e em pessoal qualificado e também vivenciou movimentos grevistas neste ano.

Assim, LHS tentou infrutiferamente reverter a situação do embargo à carne suína pelos russos, buscou a experiência francesa, para a escola de administração do Estado e tecnologia de ponta na Áustria, para a produção de energia limpa e preservação ambiental.

Lamentamos, por isso tudo, a falta de confiança de LHS nos valores catarinenses. Temos certeza de que não é necessário sair de Santa Catarina para encontrar competentes mestres em administração pública e tecnologia de ponta para solucionar o problema da poluição por dejetos suínos, através da fabricação de biodigestores e produção de fertilizantes. Tudo com uma relação custo/benefício bem mais atraente do que o posto em prática pelo governo do PMDB, que mais se assemelha a empreendimento de alto custo com benefício praticamente zero para os catarinenses.

Deputado Reno Caramori (PP)

Zury Machado ganha livro

A vida de um dos colunistas sociais mais tradicionais de Santa Catarina, Zury Machado, é o tema do livro do jornalista Luiz Henrique Tancredo, lançado dia 1º, no hall da Assembleia Legislativa. A obra "Zury Machado - Em sociedade tudo se sabe" tem 256 páginas e focaliza a vida do mais antigo colunista do estado, que por longos anos foi chefe do Cerimonial da Assembleia.

Nessa condição, organizou e coordenou a posse de oito governadores: Celso Ramos, Ivo Silveira, Colombo Salles, Antônio Carlos Konder Reis, Jorge Bornhausen, Henrique Córdova, Esperidião Amin e Pedro Ivo Campos.

Fartamente ilustrado com fo-

tos de época, o livro também faz um resgate da memória de ambientes e endereços frequentados pela chamada alta sociedade de Florianópolis nas décadas de 1960 e 1970, entre eles o Santa Catarina Country Club, o Sabino's Bar e o Querência Palace Hotel, todos já desaparecidos.

Ao longo de um ano, Luiz Henrique ouviu depoimentos e se valeu de informações registradas nas colunas de Zury e em revistas e jornais antigos.

Zury iniciou como colunista em 1946, escrevendo ininterruptamente por 60 anos. As primeiras colunas eram publicadas na "A Gazeta", mas logo ele se transferiu para "O Estado", onde permaneceu até 2006.

Solon Soares



Zury Machado e o autor da obra, jornalista Luiz Tancredo

[AGENDA]

• **Dia 7, 16h:** Sessão especial em homenagem aos 30 anos da Fundação Catarinense de Cultura (FCC)

Local: Plenário

• **Dia 7, 16h:** Comissão de Educação - Audiência pública "O direito de acesso à creche"

Local: Salão Paroquial da Igreja do Bairro Carolina - Chapecó

• **Dia 7, 19h30min:** Comissão de Educação - Audiência pública "O direito de acesso à creche"

Local: Associação de Moradores do Bairro Passo dos Fortes - Chapecó

• **Dia 7, 20h:** Sessão especial em homenagem à Caixa Econômica Federal

Local: Plenário

• **Dia 8, 18h:** Sessão Especial em homenagem aos cinco anos do Programa Antonieta de Barros (PAB)

Local: Plenário

• **Dia 9, 9h:** Comissões de Agricultura e de Turismo e Meio Ambiente - Audiência pública "O pagamento por serviços ambientais"

Local: Plenarinho Paulo Stuart Wright

• **Dia 9, 18h30min:** Sessão especial em homenagem à União Catarinense dos Estudantes (UCE)

Local: Plenário

• **Dia 10, 20h:** Sessão solene em homenagem aos 80 anos da Empresa Condor

Local: Sociedade Ginástica de São Bento do Sul - São Bento do Sul

• **Dia 11, 19h:** III Edição do Troféu Olívio Lamas de Fotorjornalismo

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Mesa



Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Tiago Fontão Alexandre

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon Montagna, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andréa Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacome, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Parlamento destaca Rede Feminina de Combate ao Câncer de Santa Catarina

Entidade iniciou os trabalhos em 1961 com objetivo de atender, através de voluntárias, mulheres vítimas da doença

Tatiani Magalhães

Em sessão especial realizada no dia 27, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina prestou uma homenagem à Rede Feminina de Combate ao Câncer (RFCC). Proposta pela deputada Professora Odete de Jesus (PRB), autora da Lei nº 14.415/2008, que instituiu a data no calendário oficial do Estado, a solenidade teve como propósito reconhecer, valorizar, além de incentivar o relevante trabalho prestado pelas voluntárias da Rede.

A Rede Feminina de Combate ao Câncer iniciou suas atividades em Santa Catarina em 1961, com o objetivo de atender, por meio de um grupo de voluntárias, mulheres vítimas da doença e internadas. Desde então, vem prestando relevante trabalho e mostrando a todos a importância da prevenção do câncer, principalmente do colo de útero e de mama. Para a parlamentar, o empenho das voluntárias deve ter nosso agradecimento permanente, pois, sem o apoio



Carlos Kilian

Proposta pela deputada Odete de Jesus, solenidade destaca luta de mulheres, que tem a prevenção como bandeira

delas, muitas mulheres já teriam sido vítimas da doença

Segundo Odete, o Dia Estadual da Rede Feminina de Combate ao Câncer não poderia passar sem comemoração, uma vez que o essencial trabalho desenvolvido pela entidade é o principal aliado à prevenção e fundamental no diagnóstico precoce. "Com uma ação única e insubstituível, o

grupo de trabalho pode reduzir em até 30% a mortalidade, enquanto que todos os tratamentos disponíveis são responsáveis por apenas 11% de redução da mortalidade", ressaltou.

A partir de estimativas apresentadas pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 490 mil novos casos

devem aparecer no próximo ano no país. A pesquisa revela que em primeiro lugar está o câncer de pele; na sequência, o câncer de próstata e o de mama.

Outro dado é que todos os tipos da doença apresentam forte indicativo de aumento no índice para 2010. Presente no evento, a diretora-geral da Secretaria de Estado da Saúde, Carmen Zanot-

to, manifestou a importância da ação desenvolvida pela RFCC, mencionando que "este é um trabalho que resgata vidas. Porém, a iniciativa e o interesse por exames de prevenção devem partir das mulheres", reforçou.

Placa

Durante a solenidade, a presidente da RFCC de Santa Catarina, Aglê Nazário de Oliveira, recebeu uma placa em nome do Parlamento catarinense, simbolizando o reconhecimento e a gratidão pelo trabalho prestado no estado. "Diante de um índice alto, onde 30% das mulheres, entre 30 e 40 anos, estão acometidas pelo câncer, faço um apelo para que as mulheres usufruam da Lei nº 11.664/08, que assegura o direito ao exame gratuito mamografia, a partir dos 40 anos, oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS)", ressaltou Aglê. Após os pronunciamentos, foi entregue um certificado às integrantes da Rede.

Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares é lembrada

Em uma sessão especial requereida pelo líder do PT, deputado Dirceu Dresch, a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (Cooperhaf) foi homenageada dia 30. A entidade, fundada em 2001, atua em 12 estados.

Conforme o proponente da sessão, em Santa Catarina a Cooperhaf atende dez microrregiões através dos sindicatos dos trabalhadores da agricultura familiar e das cooperativas de crédito rural. "A agricultura familiar vem cons-

truindo uma história fabulosa. É um setor importante, que tem lutado bravamente pelo reconhecimento", disse. Dresch ainda destacou o fornecimento de alimentos da agricultura familiar para as escolas estaduais. "Isso é resultado de um grande trabalho do setor. Foram desafios superados."

A Cooperhaf já recebeu três grandes prêmios, dois mundiais e um nacional. Em outubro, a entidade conquistou o primeiro lugar no prêmio internacional World

Habitat Awards 2008/2009 (Prêmio Mundial de Habitat), da ONU, pelo projeto "Caprichando a Morada", desenvolvido pela entidade que, além da moradia, proporciona formação, capacitação e informação com o objetivo de garantir maior qualidade de vida e bem-estar às famílias rurais beneficiadas.

O deputado Pedro Uczai (PT) destacou a importância do projeto premiado. "No meio rural, ter casa significa identidade. Que projeto grandioso. Parabéns pela

justa homenagem, pela história, pela liderança."

Ressaltando o atual momento do país, o deputado Vanio dos Santos (PT) disse que o brasileiro está vivendo o momento do sim. "É o governo da inclusão social, um governo do povo. E isso pode ser visto na agricultura familiar."

Em nome da Cresol, Egon Gabriel Júnior afirmou que a homenagem reflete aquilo pelo que lutaram. "A gente viaja pelos estados do Sul e percebe o quanto é difícil para uma família não ter uma casa. E esse projeto deu dignidade aos trabalhadores que nos alimentam, que nos dão tanto. Ainda temos muito trabalho para realizar e vamos continuar com a nossa luta."

A representante da Cooperativa de Habitação de Agricultores Familiares de Santa Catarina, Liane Vitali Kothe, disse que o projeto faz as pessoas pensarem diferente. "Recebi uma carta de um agricultor que estava há 18 anos sem poder reformar sua casa, e com o projeto isso foi possível. É um momento de gratidão. Se morar bem faz parte da dignidade humana, o desafio é muito maior. E é este o nosso desafio", observou.

Eduardo Guedes de Oliveira



Requerida pelo deputado Dirceu Dresch, sessão especial ressalta atuação da entidade

Homenageados

• **Liane Vitali Kothe, coordenadora da Cooperhaf;**

• Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul, representado por Alexandre Bergamin;

• **Cooperativa de Crédito Rural com Intenção Solidária (Cresol), representado por Egon Gabriel Júnior;**

• Caixa Econômica Federal, representada por Jacemar Bittencourt de Souza;

• **Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares, representada por Gustavo Sordi e Rosiane Rodrigues de Oliveira;**

• Ricardo Schleicher e Salete Terezinha Schleicher, representando a região Oeste do Estado;

• **Silvano Cacildo Klein e Lourdes Klein, representando a região Noroeste do Estado;**

• Carina de Oliveira Horst, representando a região do Vale do Itajaí;

• **Manoel Machado Cancelier e Terezinha Delsanti Cancelier, representando a região Sul do Estado.**

INSTITUCIONAL

Ato solene registra os 30 anos da Novembrada



Deputado Jailson Lima, ao centro, relembrou os tempos em que atuava no movimento estudantil em Rio do Sul

Ato solene dia 30, no Auditório Antonieta de Barros, destacou os 30 anos da Novembrada com o lançamento do livro "Abaixo as ditaduras - História do Movimento Estudantil Catarinense 1974-1981", de autoria do desembargador Lédio Rosa de Andrade. No encontro, proposto pelo deputado Jailson Lima (PT), também foi apresentado documentário com o mesmo título, dirigido por Ana Maria Lima, um registro dos acontecimentos daquele 30 de

novembro de 1979.

Há exatos 30 anos, estudantes catarinenses protestaram contra a visita do então presidente da República, João Figueiredo, a Santa Catarina. A indignação de Figueiredo, que saiu do Palácio Cruz e Souza para o confronto físico com os estudantes, gerou um episódio ímpar, que culminou com a prisão de alguns personagens.

Ex-presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFSC



Desembargador Lédio Rosa de Andrade em sessão de autógrafos

de da União Catarinense dos Estudantes (UCE), Lédio explicou que o livro e o documentário surgiram por teimosia, construídos lentamente. Ele agradeceu o apoio do deputado Jailson e do deputado federal Décio Lima (PT-SC). "Naquele momento histórico queríamos construir uma democracia, mesmo que muitos estivessem em correntes opostas. Aquela foi uma época difícil, onde tínhamos um inimigo em comum: a ditadura", recordou o desembargador.

O autor enfatizou que a obra é apenas uma das muitas versões dos acontecimentos. "Organizei porque ainda sou um otimista da verdade e acredito ser importante que as gerações conheçam as diferentes perspectivas daqueles dias."

Proponente do encontro, Jailson lembrou que atuou no movimento estudantil catarinense e que aqueles foram seus primeiros passos na vida política. O parlamentar fez menção, inclusive, à chapa "Pé no Chão", com a qual concorreu ao DCE, e que mais tarde teve o slogan aproveitado quando disputou a prefeitura de Rio do Sul, em 1992, defendendo a ideia "Rio do Sul com os pés no chão".

Deputados resgatam participação no episódio

Um dos entrevistados do documentário, o deputado e secretário de Estado da Segurança Pública, Ronaldo Benedet (PMDB), afirmou ser um político realizado. "Alcançamos muitas conquistas e vencemos muitos desafios naquele período. Ainda temos problemas no Brasil, herdados dos regimes totalitários, mas evoluímos a ponto de hoje termos amplas liberdades", assinalou.

Já o atual presidente da SC Parceiras e também personagem do documentário, Ivo Carminatti ressaltou que o desembargador deixa um registro das lutas pelas liberdades em Santa Catarina. "Nós, que vivemos este momento, nos encontramos novamente diante destes registros

históricos", falou, referindo-se ao livro e ao documentário.

O deputado federal Décio Lima, que teve atuação importante à frente dos movimentos estudantis, enfatizou que é uma ilusão imaginar que o processo está encerrado com a conquista das liberdades democráticas. "Temos uma democracia muito jovem e por isso os herdeiros deste legado precisam continuar a luta", registrou. Para ele, "Lédio realiza um exercício de cidadania que merece agradecimento e aplauso".

Após a apresentação do documentário e dos pronunciamentos, o Parlamento entregou uma placa comemorativa ao desembargador e aos representantes do DCE, da UCE

e da União Nacional dos Estudantes (UNE). Jouhanna do Carmo Henegaz, emissária da UNE no encontro, avaliou que o que se vive hoje, com os direitos que a democracia oferece, se deve àqueles que lutaram por esta realidade. "A Novembrada foi um episódio marcante na luta do povo e nós, da UNE, agradecemos aos que fizeram parte desta história e ainda hoje influenciam muitos de nós", concluiu.

Prestigiaram o ato solene desembargadores do Tribunal de Justiça, deputados estaduais, ex-militantes estudantis e representantes de personagens que fizeram parte da história da luta pelos direitos civis em Santa Catarina.

Congresso Catarinense debate gestão municipal

Promovido pela Federação Catarinense de Municípios, com apoio da Assembleia Legislativa, encontro trata de assuntos relevantes no cotidiano das prefeituras como arrecadação, meio ambiente e saneamento básico

O VII Congresso Catarinense dos Municípios, realizado nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, no Centrosul, em Florianópolis, tratou de assuntos importantes para a agenda de trabalho de prefeitos, como gestão municipal, arrecadação, meio ambiente e saneamento básico. O evento foi promovido pela Federação Catarinense de Municípios (Fecam), com apoio da Assembleia Legislativa, que montou um estande com os três veículos de comunicação da Casa.

Um estúdio da TVAL, com cobertura ao vivo do evento, e uma redação do jornal AL Notícias e da Rádio Alesc Digital, estiveram presentes nos dois dias da programação. Paralelamente ao congresso, foi realizado o 1º Seminário Catarinense de Tecnologia da Informação (SCTI).

Atual prefeito de Porto Alegre, José Fogaça (PMDB), fez a conferência de abertura do Congresso tratando da "A implantação e novos modelos de gestão pública municipal". Os prefeitos catarinenses que participam do encontro, ouviram relatos da experiência de Porto Alegre e os resultados obtidos a partir de um modelo de gestão inovador, com controle pleno das ações do Executivo municipal.

Porto Alegre foi a primeira cidade do país a adotar o modelo de gestão, hoje seguido por cerca de 30 prefeituras brasileiras. O



Entre outras autoridades presentes na abertura do Congresso, o presidente Jorginho Mello, o senador Neuto de Conto e governador Luiz Henrique da Silveira



Fogaça: modelo pioneiro no País

modelo, é focado em três eixos políticos institucionais: gestão mais eficiente para controlar finanças e permitir investimentos; governança solidária local, com cooperação mútua comunitária; e orçamento participativo, que já é desenvolvido na capital gaúcha há 20 anos, com resultados positivos.

As ações de governo são desenvolvidas por programas e não por setores, como normalmente ocorre. "Era preciso romper com a setorização, a falta de comunicação entre as pessoas e gerar ações de integração e trans-

versalidade, e criar objetivos, metas, indicadores permanentes através do Portal de Gestão, na internet", disse Fogaça.

Uma das inovações foi a mudança no modelo orçamentário baseado em programas, onde os recursos são destinados a um programa específico e não a um órgão, com todos os recursos voltados para um conjunto de ações e objetivos. Atualmente são desenvolvidos 12 programas nos eixos social, ambiental, econômico-financeiro e gestão. "No início foi um trabalho árduo mostrar a importância das 18 se-

cretarias municipais trabalharem em conjunto, pois isso implica em mudanças de cultura, de padrão de comportamento", destacou.

A eficiência de gestão e controle dos recursos permitiu à prefeitura de Porto Alegre ter superávit, mantido até hoje. "A eficiência de gestão é o novo nome da ética pública, da nossa função como administradores. O vetor da administração pública não é acumular recursos e sim atender melhor à população e, principalmente, quem mais precisa, os pobres, os marginalizados", observou Fogaça.

Governador diz que prefeitos não sabem a força que têm

O governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o vice-governador Leonel Pavan (PSDB) e o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), estiveram presentes na solenidade de abertura do evento.

Tanto o governador de Santa Catarina quanto o vice-governador falaram da importância do congresso na busca de inovações e melhorias para a administração pública.

Luiz Henrique destacou especialmente a função do prefeito na relação com a população. "Os prefeitos não sabem a força que têm e, por isso, vou convocá-los

a lutarem por um novo pacto federativo no sentido de mudar a posição da pirâmide, já que é lá em cima que estão concentrados dois terços dos recursos da União. Porém, essa conta deveria estar à disposição dos estados e municípios, pois é na cidade que a pessoa vive e ali que desfruta da educação, saúde e esporte." O governador acrescentou que, com dificuldades financeiras, o prefeito não consegue ter condições de dar uma resposta rápida à população.

Na oportunidade, Jorginho Mello falou da participação e do apoio do Parlamento ao evento.

"A Assembleia Legislativa participa de forma viva e ativa neste grande evento. Estamos aqui para reafirmar a posição do Poder, que é democrático e é aonde as pessoas podem levar suas reclamações e seus sonhos."

Também estiveram presentes na solenidade de abertura o prefeito de Florianópolis, Dário Elias Berger (PMDB), o presidente da Fecam e prefeito de Palhoça, Ronério Heiderscheidt (PMDB), o diretor do departamento jurídico do grupo RBS, Paulo Gallotti, e o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, entre outras autoridades.



No estúdio da TVAL, Jorginho Mello, Luiz Henrique e Leonel Pavan

Seminário apresenta inovações tecnológicas na administração

O 1º Seminário Catarinense de Tecnologia da Informação (SCTI), realizado paralelamente ao congresso, teve como destaque o painel que abordou o tema "Governo Eletrônico".

A quebra de paradigma na prestação de serviços foi abordada por Denilson Sell, líder do Centro de Negócios do Instituto Stela. O professor destacou as plataformas de Governo Eletrônico (e-Gov) como sistema de informação: participação, integração, transferência, efetividade, alcance amplo e disponibilidade.

Também os níveis de maturidade de plataformas do e-Gov foram enfatizados pelo palestrante, que organizou da seguinte forma a evolução deste processo: publicação de informações na web, serviços isolados de transações básicas, integração de serviços e acesso através da interoperabilidade, acesso transparente e serviços organizados com convergência temática.

Segundo Sell, o e-Gov permite que cidadão e administrador caminhem lado a lado, numa composição de informações e gestão de conhecimento. "Projetos bem sucedidos de e-Gov envolvem desenvolvimento das dimensões de tecnologia, processos e pessoas", avaliou.

Ciente das dificuldades enfren-

tadas pelas cidades catarinenses e associações de municípios na busca de inovações tecnológicas, a Fecam criou a Rede Catarinense de Informações Municipais (RedeCIM). E este foi o tema abordado por Emerson Souto, coordenador do Centro de Tecnologia da Informação (CTI) da federação.

Souto explicou que "a RedeCIM visa criar uma rede tecnológica com as associações e municípios catarinenses através de portais institucionais conectados à internet, que têm como meta divulgar as potencialidades dos municípios e regiões, disponibilizar serviços e informações on-line ao cidadão, além de ser uma excelente ferramenta de marketing e comunicação, buscando, desta maneira, o fortalecimento do modelo associativista municipal".

A RedeCIM é um subprojeto que integra o Projeto de Gestão da Informação e Desenvolvimento Tecnológico. Suas diretrizes foram elaboradas com o apoio das associações de municípios durante o Planejamento Estratégico da Fecam, realizado no exercício de 2004. Seus objetivos principais são a inserção tecnológica, disponibilização de informação e serviços, divulgação das potencialidades dos municípios, transparência e economia.

Legislativo divulga experiência

Durante o Seminário Catarinense de Tecnologia da Informação, temas como inclusão digital, tecnologia da informação como instrumento de modernização tributária, gestão da informação e alternativas para o desenvolvimento tecnológico dos municípios foram apresentados em um painel. Participaram os prefeitos Célio Antônio, de Laguna, e Celso Heidemann, de Santa Rosa de Lima, pelo coordenador de Informática da Assembleia Legislativa, Carlos Mestre Crespo Luz, e pelo vice-presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), Eduardo Sguario Reis.

Segundo Célio, o município vem trabalhando para disponibilizar uma infraestrutura de telecomunicações sem fio, a partir de um projeto que o cidadão que estiver em dia com o IPTU terá direito ao sinal da internet. Com essa evolução, acredita, o acesso a informações de vários setores, como governo, educação, saúde, cultura, turismo, desenvolvimento econômico e segurança pública será facilitado.

Já Heidemann ressaltou que o município de Santa Rosa de Lima, considerado a Capital da Agro-

ecologia, atualmente já possui 70% do território com acesso gratuito à internet a partir da instalação de 11 torres de transmissão de sinal. "Esse, sem dúvida, foi um grande avanço. Ainda mais se considerarmos que 78% da nossa população está no meio rural. Nosso turismo aumentou muito com a internet. Agora, várias reservas são feitas online", frisou.

Especialista no tema, Carlos Luz revelou que o Parlamento catarinense também vem acompanhando os avanços do setor, destacando dentre os sistemas de informática utilizados pela Casa alguns que considera fundamentais. "O Poder Legislativo possui um case que possibilita grandes atribuições para os projetos realizados pelo Parlamento. Entre os sistemas, temos Assinatura Biométrica, Sistema de Gerenciamento de Documentos, Sistema Integrado de Biblioteca e o Gerenciamento Eletrônico de Documentos", citou.

Diante das pontuações, Reis acrescentou que a inclusão digital é fundamental nos dias atuais. Porém, disse que para esse processo ser "completo e bem sucedido" precisa de dois pontos essenciais: infraestrutura e conexão.

Sessão relembra eleição de Siderópolis

Legislativo presta homenagem ao cinquentenário do pleito inaugural realizado no município do Sul do estado

A Assembleia Legislativa realizou, dia 1º, em Siderópolis, Extremo-Sul do estado, sessão solene em homenagem ao cinquentenário da Primeira Eleição Municipal. Proposta e presidida pelo deputado Valmir Comin (PP), a sessão reuniu os deputados Décio Góes e Jailson Lima, ambos do PT, o prefeito de Siderópolis, Douglas Gleen Warmling (PP), o vice-prefeito, Elvis Donadel (PP), e o presidente da Câmara de Vereadores do município, Luiz Salvaro (PSDB), além do prefeito e do vice-prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro (PSDB) e Márcio Búrigo (PP), respectivamente.

Comin defendeu que a política seja feita por pessoas comprometidas, com seu trabalho, voltado para a sociedade e em tempo integral. "A primeira legislatura, como as demais, legitimaram o desenvolvimento do povo sideropolitano, um dos municípios que mais exportou conhecimento no nosso estado. É um povo extremamente politizado, que perde apenas para a região do ABC Paulista", declarou.

Para Góes, a história de Siderópolis merece ser registrada, pois é um município de economia voltada para agricultura e para a exploração do carvão, que apostou e estimulou a educação de seus habitantes. "Hoje é um polo importante da indústria, prestação de serviços, agricultu-

ra e turismo", disse.

Natural de Siderópolis, Jailson Lima retornou à cidade após ser prefeito de Rio de Sul. Ele contou histórias e fatos que aconteceram e marcaram a trajetória de sua família.

"Este é um dos momentos mais emocionantes, pois tive a oportunidade de entregar uma placa ao meu pai, que está com mais de 80 anos de idade", declarou emocionado.

João Batista Reus Vieira falou em nome do presidente da Câmara. O ex-presidente mencionou a ampla representação do município no Parlamento catarinense. "Já tivemos três deputados da nossa terra: Comin, Salvaro e Jailson. Se continuarmos plantando com perseverança, outros bons frutos surgirão", ressaltou.

Clésio comentou que sua alegria em voltar ao município foi redobrada, já que pôde rever seus amigos de Parlamento e pessoas que fizeram parte de sua trajetória. "Siderópolis é uma parte importante de minha vida. Amo esta terra. Cada vez que volto aqui me sinto bem melhor", confessou.

Por fim, o prefeito Warmling demonstrou sua gratidão pela homenagem oferecida pelo Legislativo estadual. "Podemos nos orgulhar de ser uma estrela brilhante na bandeira de Santa Catarina e isto acontece graças à contribuição de cada um de vocês", encerrou.



Proposta pelo deputado Valmir Comin, solenidade foi prestigiada por deputados e prefeitos da região, como Clésio Salvaro

Os homenageados

Presidentes da Câmara de Vereadores

Porfilio Feltrin, in memorian
Plínio Bonassa, in memorian
Renato Meelilo, in memorian
Raulino Cesa
Walmor Freccia
João Maurício da Silva
Olavo Leopoldo Rovares

Dionel Rossa
Celso Vendrame
Anildo Carminatti
Marcos Luiz Porfirio Feltrin
Delirio Giocondo Cesa
Reginaldo Ademir Mota da Silva
Antonio Oscar Roberger

Clésio Salvaro
Douglas Gleen Warmling
João Batista Reus Vieira
Valdir Albonico
Sérgio Luiz Alves Rodrigues
Luiz Salvaro

Prefeitos

João Caruso Mac Donald, in memorian
Walmor Freccia
Hugo Stopassoli, in memorian

Jorge Biff, in memorian
Raulino Cesa
Plínio Bonassa, in memorian
Zelindo Trento

Dilnei Rossa
José Antonio Périco
Lúcio Ubiali
Douglas Gleen Warmling

Vereadores da 1ª Legislatura

Porfilio Feltrin, in memorian

Hercílio Coral, in memorian

Arnaldo dos Santos

Uczai pede apoio para CPI aos deputados na CCJ

Na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no dia 2, o deputado Pedro Uczai (PT) pediu apoio pela instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Prisional para investigar tortura de presos por agentes prisionais nas penitenciárias de São Pedro de Alcântara e Palhoça e no presídio de Joinville. A primeira tentativa de instalar a CPI fracassou pelo fato de dois parlamentares terem retirado suas assinaturas do documento.

"Regimentalmente há condi-

ções de instalar a CPI, que não está morta. Temos um recurso nesta comissão para a constituição da mesma e as 14 assinaturas necessárias", afirmou. Disse ainda que não há dispositivos legais para excluir ou incluir assinaturas.

O pedido de Uczai foi reforçado com a leitura de um documento que teria sido enviado em março ao secretário de Estado da Segurança Pública, Ronaldo Benedet, pelo Comandante Geral da Polícia Militar, coronel Eliésio Rodrigues, relatando ter conhecimento das torturas no Complexo

Penitenciária de São Pedro de Alcântara.

"O secretário Benedet sabia de tudo e não tomou providências e este documento comprova que ele tinha conhecimento dos fatos. É necessária e urgente a instalação da CPI", apelou o parlamentar.

O líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), disse que a questão da CPI está encerrada em função da retirada das assinaturas. "Podemos convidar os secretários da Justiça e da Segurança Pública para falar sobre o assunto."

Frente da Cultura se prepara para congresso

O envolvimento da Frente Parlamentar Catarinense em Defesa da Cultura na construção do sistema estadual de cultura, que será defendido na Conferência Nacional em março de 2010, foi um dos pontos da reunião do grupo, dia 2 na Sala de Imprensa da Assembleia Legis-

lativa. A Frente também debateu moção aprovada pelo Parlamento solicitando ao Executivo urgência no repasse dos recursos a projetos do Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura. Estavam presentes os deputados Pedro Uczai, Padre Pedro Baldissera e Vanio dos San-

tos, todos do PT, Edison Andrino (PMDB), Sargento Amauri Soares (PDT) e Professor Sérgio Grandó (PPS), além de representantes do setor. Uma reunião em fevereiro vai discutir os pontos que unificam os interesses da cultura catarinense.

Finanças aprova parecer conclusivo do Orçamento 2010

A Comissão de Finanças e Tributação aprovou, dia 2, o parecer conclusivo do Orçamento do Estado para 2010. Na peça orçamentária, relatada pelo deputado Darci de Matos (DEM), a previsão de Executivo é para uma arrecadação de R\$ 13,4 bilhões. Um aumento próximo de 10% em relação ao orçamento que está sendo executado atualmente.

Esse valor é resultante da arrecadação de impostos, principalmente ICMS, da prestação de serviços, além de valores repassados pela União. O Estado aplicará em ações e serviços públicos de saúde a importância de R\$ 1,1 bilhão, correspondendo a 12%. Já na manutenção e no desenvolvimento do sistema de ensino, os valores destinados são de R\$ 2,5 bilhões, equivalentes a 27,04%.

Foram apresentadas 252 emendas no total, sendo 66 de bancadas, 137 de parlamentares

e 49 do relator, deputado Darci de Matos. Destas; 45 são originadas das prioridades elencadas nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado.

Uma emenda também acatada pelo relator, vinda do Executivo, é relativa ao cumprimento da Lei nº 14.876/09, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), que prevê a destinação de 0,3% dos recursos do Fundo Social para o financiamento de bolsas de estudo integral, por meio da aquisição pelo Estado de vagas remanescentes junto às instituições de ensino superior.

Também na reunião foi concedido vista em gabinete ao deputado Vanio dos Santos (PT) do Projeto de Lei nº 510/09, que fixa para 2010 os subsídios mensais do governador, vice-governador do Estado e secretários em R\$ 15 mil, R\$ 12 mil e R\$ 10 mil, respectivamente.

APROVADOS

Autorizadas medidas para liquidar créditos da Dívida Ativa

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados Uczai, Kennedy e Lício entre os que mais protestaram

O Plenário aprovou, dia 3, em redação final, um pacote de matérias. Entre elas, o Projeto de Conversão em Lei (PCL) da Medida Provisória nº 160/09, alvo de muito debate na sessão do dia 2. A proposição, que dispõe sobre a adoção de medidas para facilitar a liquidação dos créditos tributários inscritos em Dívida Ativa, teve sua tramitação no âmbito das comissões contestada pela bancada de oposição.

Encaminhada pelo Executivo, a Medida Provisória nº 160/09 teve tramitação diferenciada. O substitutivo global enviado dia 27, segundo o deputado Pedro Uczai (PT), foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação, dia 30, sem a assinatura do governador. "A situação na Comissão de Constituição e Justiça foi teatral. Em meio à apreciação da emenda substitutiva global, o presidente da CCJ, deputado Romildo Titon (PMDB), impediu que tivesse continuidade a análise sem a

assinatura do governador. A base conseguiu a assinatura em tempo de ser aprovada na CCJ, mas isso invalida a aprovação do relatório na Comissão de Finanças, pois lá não havia o autógrafo governamental. O PCL deveria voltar para a Finanças e receber uma nova análise", argumentou o petista.

Uczai também criticou o mérito da proposição. "O projeto tem artigos escandalosos. Enquanto

discutimos uma política tributária séria para o país, esta proposta concede descontos em multas e outros benefícios que merecem melhor debate. Votar uma medida que mexe em 11 leis com esta urgência é um absurdo", sentenciou o parlamentar.

Membro da Comissão de Finanças e Tributação, o deputado Kennedy Nunes (PP) criticou o presidente da mesma, deputado

Marcos Vieira (PSDB). O motivo foi a análise em sua comissão de uma MP sem assinatura. "Na urgência de obedecer ao governo, o presidente nem viu que apreciava uma proposição sem assinatura. Não desejo fazer parte deste jogo, que fere o regimento da Casa, e por isso peço minha saída da comissão", afirmou.

Já o deputado Marcos Vieira rechaçou as acusações. "A reunião da Finanças iniciou com quorum regimental, foi coordenada conforme o regimento. O deputado Kennedy ficou contrariado pelo fato de seu voto de vistas ter sido invalidado devido ao seu atraso no começo da reunião. Não se pode acatar voto de vistas depois de aprovado o parecer do relator", explicou.

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o deputado Romildo Titon ocupou espaço para explicar sua postura na CCJ. "Na comissão que presido não tramitou projeto sem assinatura. Paralisamos a apreciação quando

foi diagnosticado o problema e, em tempo hábil, o líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), conseguiu a assinatura. Por isso a aprovação na CCJ foi válida", destacou Titon.

A tramitação recebeu críticas dos deputados Sílvio Dreveck, Lício Mauro da Silveira e Reno Caramori, todos do PP, além do deputado Dirceu Dresch (PT). A oposição tentou provocar falta de quorum para apreciação do projeto, mas a base governista manteve o número de parlamentares necessários para a aprovação. O líder do governo tentou, sem sucesso, uma sessão extraordinária para a votação em segundo turno, o que só aconteceu no dia 03.

Foi também aprovada a admissibilidade da Medida Provisória nº 162, que altera lei que autoriza o Executivo a reestruturar a dívida do Estado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES). Agora a MP volta para apreciação na CCJ.

Política Estadual

Do deputado Círio Vandresen (PT), foi aprovada alteração ao Projeto Lei nº 13.848/06 que trata da Política Estadual do Livro. "O livro é um "instrumento fundamental de informação, formação, lazer e cultura", argumenta o deputado em seu projeto. A iniciativa visa fazer com que o poder público de Santa Catarina dê a atenção necessária para que o setor se expanda, falou.

Para o autor do PL, a alteração proposta na legislação vai permitir que os livreiros tenham livre acesso aos estabelecimentos, incentivando a promoção da leitura mediante a disponibilização de uma rede ampla e eficaz de bibliotecas públicas. Para ele, a medida vai contribuir para a democratização da leitura.

Dia da Pesca

O Projeto de Lei nº 412/09, de autoria do deputado Círio Vandresen (PT), institui no calendário oficial o dia 29 de junho como o Dia Estadual da Pesca no Estado de Santa Catarina. No texto do projeto, o parlamentar explica que o objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer. Por se tratar de atividade milenar de muitos povos e tradicional entre os catarinenses, Círio argumentou que, com a instituição da data, será possível valorizar e reconhecer a história, a contribuição econômica, social, cultural, turística, religiosa, bem como fortalecer a pesca no Estado.

Transferência da Capital

O Projeto de Lei nº 368/09, de autoria do deputado Jorginho Mello (PSDB), prevê a transferência simbólica da Capital do Estado para São Francisco do Sul, marco da criação da Capitania de Santa Catarina, todo dia 11 do mês de agosto.

As solenidades e atos oficiais realizados na data deverão resgatar a história da criação da Capitania, especialmente os fatos relacionados aos primeiros habitantes, com destaque à colonização, etnias, contendas e cultura. São Francisco do Sul foi a primeira cidade a ser criada em Santa Catarina, incorporando o marco inicial do Estado.

Amizade

O Projeto de Lei nº 206/09 reconhece o município de Pinhalzinho como Capital Catarinense da Amizade. Do deputado Dirceu Dresch (PT), a proposição tem objetivo de homenagear a cidade e seus habitantes que vieram do Rio Grande do Sul, como as famílias pioneiras Schneider, Klauck, Simon, Lauerman, Ecker e Selbak.

O autor traz informações de Neuro Schimit, Ernani Edson, Augusto Giovani e Carmem Salvini e Fernanda Bem. Eles afirmam que, quando as pessoas chegavam a Pinhalzinho de carroças, com suas mudanças, e iniciavam o descarregamento, os habitantes do local ajudavam os novos moradores mesmo sem conhecê-los e sem ter qualquer grau de parentesco. Esse seria um dos motivos que levaram muita gente a se instalar no local.

Vinho colonial

O município de Palmitos, com a aprovação em redação final do Projeto de Lei nº 205/09, do deputado Reno Caramori (PP), passa a ser reconhecido como Capital Catarinense do Vinho Colonial. Com uma área de aproximadamente 50 hectares cultivados com uva, gerando aproximadamente 525 mil quilos da fruta, a cidade do Oeste catarinense produz mais de 300 mil litros de vinho por ano.

Caramori informa que Palmitos promove a Festa do Vinho Colonial, atingindo um público superior a 15 mil pessoas, oportunizando aos expositores, vitivinicultores, agroindústrias, artesãos e outros profissionais oportunidades de negócios, agregação de valores aos produtos coloniais e, principalmente, a fixação do agricultor ao meio rural.

Aviso por AR

Aprovado o Projeto de Lei nº 151/09, do deputado Jean Kuhlmann (DEM), que determina que as entidades organizadoras dos concursos públicos destinados aos provimentos de cargos na administração pública estadual direta e indireta ficam obrigadas a enviar carta, com aviso de recebimento (AR), aos candidatos em todas as etapas do processo seletivo.

As cartas com aviso de recebimento serão enviadas aos candidatos quando da convocação para a prestação das provas, das provas de títulos, da habilitação, classificação e convocação para nomeação.

Hino

A obrigatoriedade da execução dos hinos do Brasil e do Estado em todos os eventos esportivos oficiais em Santa Catarina está prevista no Projeto de Lei nº 390/09, de autoria do deputado Valmir Comin (PP). Os hinos serão rotina também em todas as solenidades de jogos colegiais promovidos pela Secretaria de Estado de Educação e outros órgãos do governo.

O autor entende que existe a necessidade de tornar o Hino do Estado de Santa Catarina conhecido da população, não só na sua versão executada por instrumentos musicais, mas também na forma cantada.

Hepatites

O Projeto de Lei nº 435/09 institui o Dia Estadual de Combate às Hepatites, a ser comemorado anualmente no dia 19 de maio. De autoria do deputado Carlos Chiodini (PMDB), a proposta tem como objetivo a divulgação entre profissionais da área médica e a sociedade da realidade enfrentada pelos portadores da doença.

Hepatite é toda e qualquer inflamação do fígado e que pode resultar desde uma simples alteração laboratorial até doença fulminante e fatal. Existem várias causas de hepatite, sendo as mais conhecidas as causadas por vírus (vírus das hepatites A, B, C, D, E, F, G, citomegalovírus, etc).

Leite

O Projeto de Lei nº 117/09, do deputado Dirceu Dresch (PT), reconhece o município de Presidente Getúlio, no Alto Vale do Itajaí, como promotor das edições da Expofeira Estadual do Leite.

Emenda substitutiva global do deputado Jean Kuhlmann (DEM) denomina o município de Capital Catarinense do Leite. Compete à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, por intermédio da Santur, incluir a Expofeira Estadual do Leite no calendário oficial de eventos de Santa Catarina.

Cidadania

O Projeto de Lei nº 363/08, do deputado Darci de Matos (DEM), cria, na primeira segunda-feira após a entrada em vigor do horário de verão, nas escolas públicas, a campanha "Economizar Energia: a Lição de Sabedoria".

Do programa constam exibição de filmes e distribuição de livretos sobre o tema, de acordo com a idade dos alunos. Cabe à Secretaria de Estado de Educação propor parcerias com empresas ligadas à geração e distribuição de energia elétrica.

Municipalização da educação em debate

Executivo defende proposta para viabilizar cumprimento de medida federal, que torna ensino obrigatório de 4 a 16 anos

Scheila Dziedzic

A municipalização do ensino fundamental provocou diversas manifestações contrárias à proposta do governo, enviada à Assembleia em forma de substitutivo global ao PLC 14/09. Em audiência pública no dia 1º no Auditório Antonieta de Barros, parlamentares, professores, representantes da categoria e de entidades municipais discordaram do secretário estadual de Educação, Paulo Bauer, que disse ser esta uma necessidade de alteração estrutural devido à forma de gestão.

Por medida federal, em 2016, quem estiver na faixa de quatro a 16 anos será obrigado a frequentar a escola. Hoje, em Santa Catarina, as escolas públicas e privadas, dispõem de 220 mil vagas e, segundo o secretário, faltarão para atender esta determinação 230 mil, levando em conta os números atuais. "Uma providência terá que ser adotada, pois três anos é pouco tempo para preparar todo um contingente de professores e estrutura física. Só com os recursos do Estado não daremos conta", comentou.

Para Bauer, a municipalização é uma solução que atende a estrutura exigida diante da obrigatoriedade. Ele comentou que no substitutivo enviado ao Legislativo foram alteradas algumas questões como ser opcional a municipalização do sistema de ensino, o governo pagar a faculdade dos professores que quiserem avançar na carreira para o ensino fundamental, nos primeiros cinco

anos a escola será administrada por um diretor do Estado, a partir do sexto ano passa ao município, bem como a responsabilidade pela manutenção das escolas no nono ano deste processo. Em um ponto o governo é taxativo: ou a prefeitura municipaliza todas as escolas ou nenhuma. De acordo com Bauer, a exigência é para que não haja apenas a municipalização das escolas de melhor estrutura e qualidade.

Infantil

O secretário municipal de Educação de Florianópolis e presidente da seccional de Santa Catarina da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Rodolfo Pinto da Luz, rebate a posição do governo lembrando que a obrigação do município é com a educação infantil, que já lida com o problema de vagas insuficientes para atender à demanda.

"Os prefeitos têm que ter esta preocupação e não podem assumir mais uma responsabilidade", disse. Ele defende que seja permitida a escolha. Que a municipalização seja parcial ou não se implante. Outra dificuldade citada está nos fatos de não haver equiparação salarial e de o município ainda ter que reembolsar o Estado pelo pagamento dos professores estaduais. Soma-se ainda o valor recebido do Fundo de Educação Básica (Fundeb), de R\$ 1.600,00 por aluno, enquanto o custo real está em R\$ 4.200,00. Rodolfo Pinto da Luz destacou que se enfrentará a redução do convênio do transporte escolar.



Em nome dos secretários municipais de Educação em SC, Pinto da Luz diz que prefeitos não têm como assumir ônus

Fecam defende decisão individual dos prefeitos

O representante da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), Marcos Probst, destacou três pontos que a entidade considera fundamentais no contexto: o servidor público estadual é de responsabilidade do Estado; que haja permissão individual no processo de municipalização e, ainda, que seja feito o repasse dos valores do Fundeb já em 2010. "Se o cofre do Estado está apertado, os dos municípios estão muito mais", resumiu. Probst ainda lembrou que o processo terá reflexos em relação aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mesmo parlamentares da base do governo na Assembleia não estão seguros quanto à po-

sição que devem tomar quanto ao projeto da municipalização da educação fundamental. Há consenso que não se pode discutir proposta desta abrangência às pressas. Por isso, existe a possibilidade de retirada do projeto, como sugeriu o presidente da Comissão de Finanças, deputado Marcos Vieira (PSDB). "Ou se fazem as adequações propostas pela Fecam e Undime, ou se retira, ou se rejeita a proposta", afirmou Marcos Vieira.

O líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), comentou que ainda não definiu sua posição, e adiantou que já fez a retirada do regime de urgência e que "não se discutirá a matéria

no afogadilho".

Joares Ponticelli (PP) reconhece a contribuição do líder do governo na discussão com a retirada da urgência para tramitação do PLC 14/09, mas defende que o governo, antes disso, resgate outras dívidas como a equiparação salarial com os professores prometida pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) em 2002.

O deputado Vanio dos Santos (PT) acredita que, apesar de ser um debate fundamental, este não interessa ao governo e recordou as experiências de São Paulo e Rio de Janeiro. Nesses dois estados, disse, piorou a qualidade da educação.

Deputados cobram que proposta seja discutida à exaustão

O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 14/09, encaminhado pelo governo ao Parlamento, foi tema recorrente na sessão ordinária do dia 1º, na Assembleia Legislativa. A matéria, debatida em audiência pública, estabelece critérios para a municipalização do ensino fundamental da rede pública do Estado.

Presidente da Comissão de Educação da Casa, o deputado Pedro Uczai (PT) criticou de forma enfática a proposta governamental. "Enquanto os estados realizam suas conferências em preparação para a Conferência Nacional de Educação (Conae), que acontecerá em Brasília, de 28 de março a 1º de abril de 2010, onde será discutida a nacionalização de um

sistema articulado de educação, o governo catarinense teima em propor a municipalização do ensino fundamental. Depois das muitas críticas ao projeto original, o governo encaminha um substitutivo global que insiste nos equívocos iniciais identificados", avaliou o parlamentar.

Uczai também argumentou que, durante o Congresso da Fecam, o secretário de Estado da Educação, Paulo Bauer (PSDB), foi questionado por vários prefeitos presentes. "Um dos principais pontos pendentes diz respeito à municipalização de todas as escolas do município que aderir ou se isso ocorrerá gradativamente. O secretário disse que todas as escolas deverão ser municipa-

lizadas, ou nenhuma será. Um segundo ponto foi sobre a fonte de recursos para remuneração dos professores, no que ele respondeu que o incremento de receita poderá vir do dinheiro destinado ao transporte escolar. E, por último, como que se propõe municipalizar em 2010 se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) só será repassado em 2011?", questionou o petista.

Autorizativa

O deputado Joares Ponticelli (PP) afirmou que o governo tentou, no Congresso da Fecam, mudar a opinião de alguns prefeitos a partir de uma palestra

do secretário Paulo Bauer, mas não obteve sucesso. "O que se viu durante a audiência foram contundentes manifestações contrárias ao projeto. Não entendo por que o governo insiste em constrianger sua base com uma proposição desta natureza. O PLC esteve, no primeiro semestre, nas mãos do então líder, ex-deputado Herneus de Nadal, que se opôs a dar celeridade à matéria, mesmo com ela tendo entrado na Casa em regime de urgência. A urgência foi retirada graças à posição do agora líder, deputado Elizeu Mattos. Este PLC transfere ônus para os municípios sem que o bônus acompanhe. Se os municípios têm dificuldade para a demanda do ensino infantil,

imagine tendo que arcar também com o fundamental", defendeu o progressista.

Já o deputado Ismael dos Santos (DEM) demonstrou uma visão mais otimista em relação à matéria. Ele enfatizou o fato de a municipalização prevista no projeto ser autorizativa. "É importante que a sociedade catarinense saiba que esta é uma proposta opcional. Só os municípios que se acharem capazes de arcar com a demanda é que optarão pela municipalização", comunicou. Mesmo assim, o democrata acredita que ainda é preciso um maior diálogo com a Federação dos Municípios e com os servidores públicos que serão atingidos pelas mudanças.